



Economia e Energia - ONG

N°

41

Novembro-
Dezembro 2003

<http://ecen.com>

Economia e Energia
Revista

A Revista

Economia e Energia* – *e&e* – *Economy and Energy

e&e é uma revista bimensal e bilíngüe editada desde 1997 e publicada na Internet. Seu objetivo é divulgar trabalhos e promover debates sobre temas relacionados ao seu título. Para sua manutenção, a revista tem contado com o suporte de seus membros e, de forma não contínua, com apoio institucional de entidades públicas ou privadas. Quando existente, este apoio é indicado por chamadas institucionais na publicação. Seu editor chefe é Carlos Feu Alvim [feu@ecen.com].

A Organização Não Governamental

***Economia e Energia* *e&e* – ONG**

Economia e Energia – ONG é uma sociedade sem fins lucrativos que foi constituída para dar sustentação à revista do mesmo nome e para promover estudos sobre os temas relacionados à economia e energia. No caso de estudos para entidades governamentais ou privadas ela contrata individualmente consultores ou empresas de consultoria para a realização das tarefas. Também pode atuar em convênio com entidades públicas ou privadas. Seu superintendente é Omar Campos Ferreira [omar@ecen.com Tel.].

Rio: Av. Rio Branco, 123 Sala 1308 Centro CEP 20040-005 Rio de Janeiro RJ Tel (21) 2222-4816 Fax 22224817
BH: Rua Jornalista Jair Silva, 180 Bairro Anchieta CEP 30310-290 Belo Horizonte MG Tel./Fax (31) 3284-3416
Internet :<http://ecen.com>



Economia e Energia – <http://ecen.com>

No 41: Novembro-Dezembro 2003
ISSN 1518-2932
Original Inglês e Português disponível bimestralmente em:
<http://ecen.com>

Opinião:

Inflação

A contenção da inflação é um dos pressupostos básicos para reativação da economia. Contudo, conter a economia, durante muito tempo, para manter a estabilidade da moeda é, como na piada do português, ensinar o burro não comer. No plano do real (e não no Plano Real) o que existe é Oferta e Procura por bens e serviços.

[Texto para Discussão](#)

O que afeta as Exportações Brasileiras?

De 1973 até este ano a exportação brasileira cresceu 60% em relação ao PIB (índices de quantum). A razão entre o valor dessas grandezas, expressos em dólares corrigidos da inflação americana, permaneceu praticamente constante. Ou seja, estamos exportando uma fração de nosso PIB 60% maior e recebendo a mesma coisa. Será que é para isto que estamos reduzindo o "custo Brasil"? Também foi testada, com outros indicadores de preços a surpreendente constância desta relação entre valores mesmo na presença de enormes variações na taxa de câmbio e de crises internas e externas.

[Artigo:](#)

Emissões Energéticas – Brasil 1970 / 2002

A emissão resultante do uso e transformação de energia de gases que contribuem para o efeito estufa no Brasil é avaliada entre os anos de 1970 a 2002. Trata-se de atualização do Resumo Executivo, apresentado ao MCT, incluindo os dados do Balanço Energético do MME e uma atualização dos coeficientes de emissão realizada pela equipe de Mudanças do Clima do MCT.

[Definições e Dados](#)

Alguns Índices de Inflação Brasileiros

Índices de inflação Americana

[Download](#)

Energia Equivalente e Dados do Balanço Energético Nacional 1970 / 2002 na abertura de 49 energéticos e 46 setores

- BEN 49 X 46: Manual de Uso Versão Word
- Energia Equivalente e Balanço Energético Nacional - Gerador de Planilha em Excel

Na Tabela 1 são mostrados os valores anuais de base de dados do FMI na Internet.

Tabela 1: Valores de índices de Preços Americanos Relativos a 1995

| | CPI | GDP DEFLATO R | PPI | | CPI | GDP DEFLATO R | PPI |
|------|--------|---------------------|--------|------|---------|---------------------|---------|
| 1948 | 15,638 | 17,009 | 22,181 | 1967 | 21,903 | 25,701 | 26,778 |
| 1949 | 16,014 | 17,043 | 21,071 | 1967 | 21,903 | 25,701 | 26,778 |
| 1950 | 15,788 | 17,346 | 21,903 | 1968 | 22,827 | 26,807 | 27,447 |
| 1951 | 17,051 | 18,623 | 24,402 | 1969 | 24,063 | 28,123 | 28,52 |
| 1952 | 17,427 | 18,888 | 23,72 | 1970 | 25,482 | 29,621 | 29,551 |
| 1953 | 17,559 | 19,108 | 23,392 | 1990 | 85,743 | 88,188 | 93,174 |
| 1954 | 17,635 | 19,285 | 23,443 | 1991 | 89,374 | 91,398 | 93,381 |
| 1955 | 17,578 | 19,63 | 23,518 | 1992 | 92,081 | 93,623 | 93,935 |
| 1956 | 17,842 | 20,291 | 24,275 | 1993 | 94,799 | 95,87 | 95,311 |
| 1957 | 18,453 | 20,939 | 24,993 | 1994 | 97,271 | 97,866 | 96,547 |
| 1958 | 18,957 | 21,431 | 25,325 | 1995 | 100 | 100 | 100 |
| 1959 | 19,132 | 22,304 | 25,376 | 1996 | 102,931 | 101,936 | 102,345 |
| 1960 | 19,421 | 22,62 | 25,401 | 1997 | 105,337 | 103,921 | 102,278 |
| 1961 | 19,63 | 22,873 | 25,312 | 1998 | 106,973 | 105,202 | 99,74 |
| 1962 | 19,849 | 23,183 | 25,372 | 1999 | 109,313 | 106,715 | 100,574 |
| 1963 | 20,09 | 23,442 | 25,305 | 2000 | 113,004 | 108,959 | 106,386 |
| 1964 | 20,353 | 23,793 | 25,356 | 2001 | 116,198 | 111,535 | 107,561 |
| 1965 | 20,693 | 24,238 | 25,861 | 2002 | 118,041 | | 105,083 |
| 1966 | 21,312 | 24,929 | 26,711 | 2003 | 120,551 | | 110,61 |

Fonte: FMI (Para 2003 valor de Junho)

Índices de Preços EUA

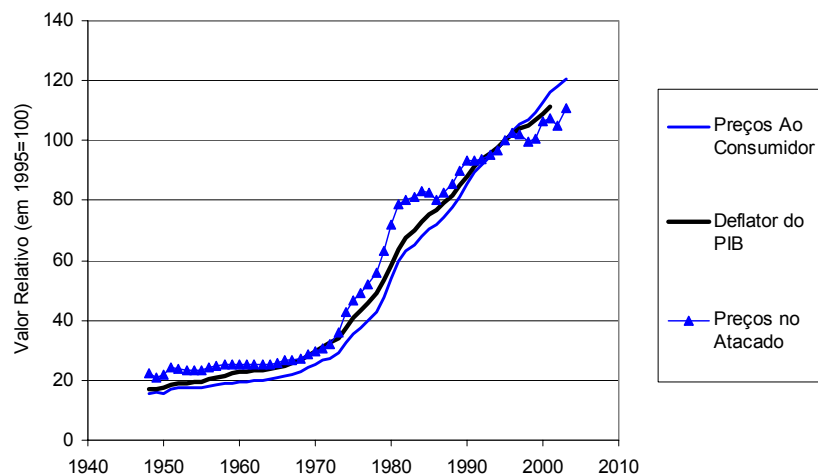


Figura 1: O deflator do PIB sofreu variações menos bruscas no seu comportamento e seu valor esteve, na maior parte do período, entre os índices de preço ao consumidor e atacado.

Comparação dos Índices de Preço ao Consumidor e no Atacado com o Deflator do PIB

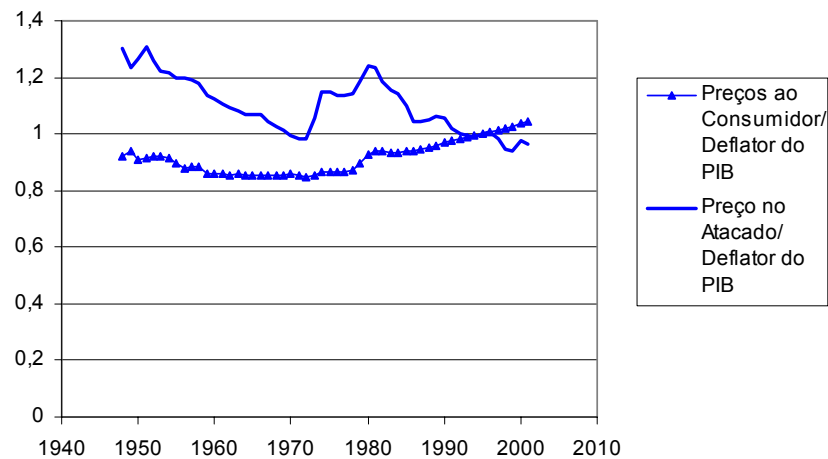


Figura 2: Índices de preço ao consumidor e no atacado comparados com o deflator implícito do PIB.

Sumário

Inflação 4
 O que afeta as exportações brasileiras? 8
 Alguns Índices da Inflação Brasileira 19
 Índices de Preços Americanos..... 36

Opinião:**Inflação**

No auge da recente crise cambial e diante da expectativa de elevação dos preços, isto é, durante os últimos dias do governo passado, perguntou-me um amigo: por que não conseguimos ter uma moeda estável? Por que a inflação (ou seu espectro) está sempre presente em nossas vidas?

A crise passou com a posse dos vencedores da eleição e com as medidas iniciais tomadas pelo novo governo. Além do natural medo pela novidade de um governo de oposição, a crise foi também astutamente insuflada por quem estava a perder o poder.

Essa calma é definitiva ou temporária? Há perigo de que uma onda inflacionária venha a ocorrer novamente? O que fazer para que isso não aconteça?

A seguir, a tentativa de uma explicação, sob a minha ótica.

A moeda, no mais das vezes, reflete o lado real da economia. Por isso, ações de política monetária tão-somente, por muito tempo, sem atingir o âmago do problema – **como a sociedade se estrutura no atendimento de suas necessidades** – são como tratar o doente com paliativos, sem atacar as causas da febre. Ela, a política monetária, pode segurar por pouco tempo a elevação dos preços. Mas, no longo prazo, não há como evitar cair na real.

A inflação não é o fenômeno, mas o sintoma de um outro fenômeno.

Quando estudante, um jovem garçom português assim me explicava sua vinda para cá: - "Lá na terrinha o Escudo é uma moeda muito valorizada, mas eu não a ganho; prefiro o Brasil, onde a moeda é instável; mas aqui eu tenho emprego e dinheiro".

Brasil se referir a esses índices (WPI e PPI) como Índice de Preço no Atacado

4 Deflator do Produto Interno Bruto (GDP Deflator) :

É a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real, ou seja, é o preço de determinada mercadoria ou serviço em um determinado ano relativamente ao preço desta no ano-base. Resumindo: O PIB nominal mede o valor da produção da economia (a preços correntes). O PIB real mede a quantidade de produto, ou seja, a produção avaliada em preços constantes (do ano-base).

O cálculo dos valores a preços correntes e a preços do ano anterior é realizado seguindo procedimento internacionalmente estabelecido. Os valores para cada ano, da oferta e da demanda, são obtidos pela aplicação, sobre a média do ano anterior, de índices de volume e preço. Estes índices representam a variação entre a média de cada trimestre e a média do ano anterior.

O deflator do PIB mede o preço da unidade típica de produto em comparação com seu preço no ano-base. A maioria dos países mudou a apuração de base fixa (ano específico) relativa a cada período para a de base móvel onde o ano de referência é sempre o anterior.

Valores dos Índices

Na Figura 1 representamos o comportamento dos três índices (CPI, PPI e Deflator do PIB) a partir de 1948 e na Figura 2 comparamos os índices ao consumidor e preços no atacado (ou ao produtor) com o deflator do PIB. O

Podemos observar que o deflator do PIB tem variações menos bruscas e se situa, na grande maioria dos anos, entre os índices ao consumidor e atacado o que faz sentido na medida que o deflator usa como "cesta de produtos" toda a produção do país. Como os índices estão sujeitos a imprecisões estatísticas e diversidade de metodologia nem sempre essa lógica funciona sobretudo quando os índices são apurados por instituições diferentes.

Índices de Preços Americanos

Definições

1 CPI : O CPI é definido como um índice de quantidade fixa, isto é, uma medida da mudança de preço em uma cesta fixa de bens e serviços de consumo, de qualidade e quantidade constantes, adquiridos na média por consumidores urbanos, ou por todos os consumidores urbanos (CPI-U) ou por assalariados urbanos e empregados de escritório (CPI-W). É a razão dos custos de compra de um conjunto de itens de qualidade constante e quantidade constante em dois períodos de tempo diferentes.

O Índice de Preço ao Consumidor (CPI) é uma maneira de seguir o custo de vida. Ele é calculado com base nos preços de uma "cesta de mercado" de necessidades que incluem moradia, comida e bebida, transporte, vestuário, lazer, serviços médicos e outros bens e serviços. O CPI é atualizado mensalmente baseado em levantamentos do Departamento de Trabalho. Para seguir os efeitos do aumento de preços, o ano de 1995 foi fixado como ano-base (igual a 100). Portanto, um índice de preço de 33 indica que o preço foi 1/3 de 1995.

2 Índice de Preço de Atacado /WPI : O Índice de Preço de Atacado (WPI) era o nome original do programa Índice de Preço do Produtor (PPI) desde sua criação em 1902 até 1978 quando mudou de nome (PPI). Ao mesmo tempo, a ênfase foi deslocada de um índice que engloba toda a economia para três índices principais que cobrem os estágios de produção da economia. Ao mudar a ênfase, foi eliminado o fenômeno da dupla contagem inerente aos índices agregados baseados em mercadorias.

3 Índice de Preço do Produtor/PPI : O Índice de Preço do Produtor (PPI) é uma família de índices que medem a mudança média no tempo nos preços de venda recebido por produtores domésticos de bens e serviços. PPIs medem mudança de preço da perspectiva do vendedor. Isto contrasta com outras medidas, tais como o Índice de Preço ao Consumidor (CPI), que mede mudanças no preço do ponto de vista do comprador. Preços de vendedores e de compradores podem diferir devido a subsídios do governo, taxas sobre venda e custos de distribuição. É comum no

Vivia-se aqui o tempo do Cruzeiro e o da inflação. No além-mar o de Salazar e o da estabilização a duras penas.

Não se trata de pregar a inflação como condição para o desenvolvimento; aliás, a contenção da inflação é um dos pressupostos básicos para reativação da economia. Contudo, conter a economia, durante muito tempo, para manter a estabilidade da moeda é, como na piada do português, ensinar o burro não comer.

No plano do real (e não no Plano Real) o que existe é Oferta e Procura por bens e serviços. A nação de 180 milhões de habitantes ainda não tem estrutura para atender as necessidades básicas de sua população. Alimentação, educação, habitação, energia, transporte, vestuário, saúde, saneamento, são itens cujo atendimento generalizado deixa muito a desejar.

Em termos gerais, a Procura supera a Oferta em quase todos os itens. Conseqüentemente, os preços aumentam, e quando isso se dá de forma sustentada, temos inflação, que é o efeito do desequilíbrio entre os dois lados da equação.

Déficits orçamentários e emissões de moeda são tentativas para se gastar mais do que se tem, de pressionar ou incentivar a Procura que, por sua natureza, tem resposta imediata à vontade de exercê-la. A reação da Oferta depende de investimentos, organização, logística, uma série de ações preliminares e intermediárias, com gestação mais alongada.

A inflação é basicamente o produto de uma demanda não atendida. Às vezes é definida como inflação de custos. Contudo, o aumento de custos é a resultante de uma demanda não totalmente atendida no processo de produção, na disputa por insumos, bens intermediários e fatores de produção.

Isso é tão verdade que na época do Plano Cruzado, com os preços congelados, portanto sem a face monetária da inflação, ela se mostrava, por exemplo, com a cara do boi no pasto e das prateleiras vazias nos supermercados. Em suma, crise de abastecimento.

O problema brasileiro é acrescido pela grande desigualdade de renda, social e regional que, ao pressionar a Procura por um consumo mais qualificado, inibe a Oferta de itens básicos, concorrendo para o aumento geral de preços.

Outros aspectos, como o hábito de conviver com a alta de preços (a passividade com que o consumidor a aceita), a inflação gregoriana (remarcação anual de preços), a inércia inflacionária (incentivada pela indexação, quando existente), a inflexibilidade dos preços para baixo (quando sobem são difíceis de descer), concorrem para agravar o problema. Não são, contudo, as causas geradoras da inflação. São causas motoras, que a sustentam.

Não adiantam planos, pacotes, reformas perfunctórias, empréstimos salvadores, FMI e coisas que tais, se a estrutura da sociedade não for mudada. Contudo, mudar é sabidamente uma tarefa hercúlea.

Fomos testemunhas do curto sucesso do Plano Cruzado e o recrudescimento da inflação logo após das eleições que se seguiram. Mais recentemente vivemos o sucesso mais longo do Plano Real até a desvalorização do real logo após as eleições de 1998. Agora, ao findar 2002 veio esta crise aqui mencionada, contida com recessão econômica e desemprego, como estamos presenciando. Estamos sentindo a repressão da inflação no mau atendimento da saúde pública e nos deficientes orçamentos setoriais (forças armadas, diplomacia, polícia federal etc.).

Numa comparação com os países desenvolvidos e com os Estados Unidos em particular, há que se compreender que eles vivem noutra situação. No “primeiro mundo” a Oferta geralmente sobrepõe a Procura, enquanto nos nossos países o inverso é a regra. Daí porque, uma guerra de vez em quando é cinicamente benéfica para desovar estoques do complexo industrial-militar dos países mais ricos. No caso americano, cresce que seus déficits e dívidas são financiados por dólares de sua emissão, aceitos universalmente, sem necessariamente exigirem a contrapartida em bens e serviços. É quando servem como reserva de valor e não como meio de pagamento.

Tentar estabilizar a moeda em nosso país, com contenção de despesas básicas, juros altos, aumento de impostos, venda de

| | GP-DI Anual | IGP-M Média Anual | INPC - geral - Média Anual |
|------|----------------|----------------------|-------------------------------|
| 1990 | 0,926 | 0,875 | 1,124 |
| 1991 | 0,922 | 0,864 | 1,153 |
| 1992 | 0,942 | 0,878 | 1,165 |
| 1993 | 0,990 | 0,882 | 1,132 |
| 1994 | 1,060 | 1,019 | 1,070 |
| 1995 | 1,000 | 1,000 | 1,000 |
| 1996 | 0,946 | 0,955 | 0,984 |
| 1997 | 0,943 | 0,953 | 0,963 |
| 1998 | 0,935 | 0,949 | 0,954 |
| 1999 | 0,984 | 0,994 | 0,946 |
| 2000 | 1,033 | 1,048 | 0,927 |
| 2001 | 1,061 | 1,074 | 0,928 |
| 2002 | 1,111 | 1,119 | 0,942 |

Referências

Fundação Getulio Vargas - FGV, 2003 <http://fgvdados.com.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2003.
<http://www.ibge.gov.br>

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas –FIPE, 2003.
<http://www.fipe.com.br>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), 2003 <http://www.dieese.org.br>

IPEADATA - do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
<http://www.ipeadata.gov.br>

Tabela 2: Índices de Inflação / deflator do PIB

| | GP-DI Anual | IGP-M Média Anual | INPC - geral - Média Anual |
|------|----------------|----------------------|-------------------------------|
| 1947 | | | |
| 1948 | 0,788 | | |
| 1949 | 0,777 | | |
| 1950 | 0,794 | | |
| 1951 | 0,783 | | |
| 1952 | 0,801 | | |
| 1953 | 0,806 | | |
| 1954 | 0,807 | | |
| 1955 | 0,839 | | |
| 1956 | 0,821 | | |
| 1957 | 0,832 | | |
| 1958 | 0,836 | | |
| 1959 | 0,849 | | |
| 1960 | 0,874 | | |
| 1961 | 0,890 | | |
| 1962 | 0,901 | | |
| 1963 | 0,878 | | |
| 1964 | 0,881 | | |
| 1965 | 0,875 | | |
| 1966 | 0,878 | | |
| 1967 | 0,893 | | |
| 1968 | 0,876 | | |
| 1969 | 0,876 | | |
| 1970 | 0,899 | | |
| 1971 | 0,906 | | |
| 1972 | 0,887 | | |
| 1973 | 0,786 | | |
| 1974 | 0,752 | | |
| 1975 | 0,718 | | |
| 1976 | 0,718 | | |
| 1977 | 0,704 | | |
| 1978 | 0,707 | | |
| 1979 | 0,705 | | 1,167 |
| 1980 | 0,741 | | 1,099 |
| 1981 | 0,776 | | 1,111 |
| 1982 | 0,754 | | 1,089 |
| 1983 | 0,829 | | 1,132 |
| 1984 | 0,881 | | 1,110 |
| 1985 | 0,823 | | 1,019 |
| 1986 | 0,800 | | 0,967 |
| 1987 | 0,849 | | 1,019 |
| 1988 | 0,915 | | 1,033 |
| 1989 | 0,925 | | 1,076 |

divisas para manter o câmbio e outros expedientes (existem outros mais torpes, como manipular índices de preços), enfim, com medidas financeiras circunstanciais, é tentar retocar a imagem por sobre a superfície do espelho sem cuidar da realidade do retratado.

O atual refluxo das expectativas inflacionárias, após o pico da crise cambial, é produto da recessão, do desemprego, vale dizer, de contenção da Procura por bens e serviços que atendam às necessidades da população.

Tendo em conta a nossa realidade, inflação não se extingue, se reprime. Ela só será domada com um corte profundo em nossa realidade. Foi para isso que o novo governo foi eleito.

Faço votos que o novo governo não se filie aos contumazes prestidigitadores! Observo com ansiedade esses primeiros meses de governo Lula. Entre os sucessos da política externa e os erros administrativos, acho mesmo que não poderia ser diferente. Para mudar o país, a economia real tem que crescer, empregos devem ser criados e as necessidades básicas da população devidamente atendidas. Não se contem inflação com medidas monetárias. Se não houver mudanças mais profundas, a moeda, mais cedo ou mais tarde, vai refletir a imagem real do país.

Por falar em cair na real, pergunta-se ao terminar o texto: e se a realidade que vamos encarar daqui para frente for diferente da que estamos acostumados a conviver?

É assunto para o próximo texto.

Genseric Encarnação Júnior
Itapoã, Vila Velha (ES).

<mailto:eeegense@terra.com.br>

Outros Artigos do mesmo Autor:

<http://www.ecen.com/jornalego>

O que afeta as exportações brasileiras?

Marcos Souza
masouza@ecen.com
 Carlos Feu Alvim
feu@ecen.com

Falsos Diagnósticos

Os sinais de recuperação da economia americana já provocam uma onda de otimismo em relação aos negócios no Brasil. O argumento é que uma recuperação da economia daquele país e de outras economias subsidiárias aumentaria nossas exportações.

A situação parece análoga – embora no sentido inverso – à deflagrada quando se instala uma crise na economia americana; quando surge, de imediato, uma onda de pessimismo na economia brasileira. Nessas situações, comumente ouvimos a velha frase: “um resfriado nos EUA corresponde, quase sempre, a uma pneumonia no Brasil”. Há quem diga justamente o contrário: que as crises americanas têm, inicialmente, um reflexo negativo no Brasil e, posteriormente, um longo período de efeitos benéficos.

Ora, os EUA entraram em crise com a chegada de W. Bush, depois de quase 10 anos de contínuo crescimento e de recuperação das contas públicas na administração Clinton. Todavia, na década de prosperidade americana, o crescimento da renda per capita brasileira ficou patinando. Nos meses de crise americana, no início do governo W. Bush, estivemos alcançando recordes históricos em nossas exportações. Essa situação parece, no mínimo, surpreendente!

Na situação atual, uma recuperação nos EUA trará, provavelmente, uma elevação da taxa de juros no mercado do dólar. Como o Brasil encontra-se altamente endividado, a primeira consequência pode não ser tão positiva já que dificultaria, no curto prazo, o ingresso de capitais para o Brasil e teríamos que fazer um esforço maior para pagar o serviço da dívida. Na análise preliminar nesse artigo, referente aos últimos 30 anos, as alterações no crescimento dos EUA parecem irrelevantes no comportamento das exportações brasileiras.

| | Deflator do PIB Anual | IGP-DI Média Anual | IGP-M Média Anual | INPC – geral - Média Anual |
|---------|--------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------|
| 2001 | 164,003 | 174,0794 | 176,1777 | 152,1203 |
| 2002 | 177,8941 | 197,5878 | 198,9867 | 167,6369 |
| 2003(*) | | 240,4452 | 243,3441 | 192,2468 |

(*) Para 2003 média Junho e Julho

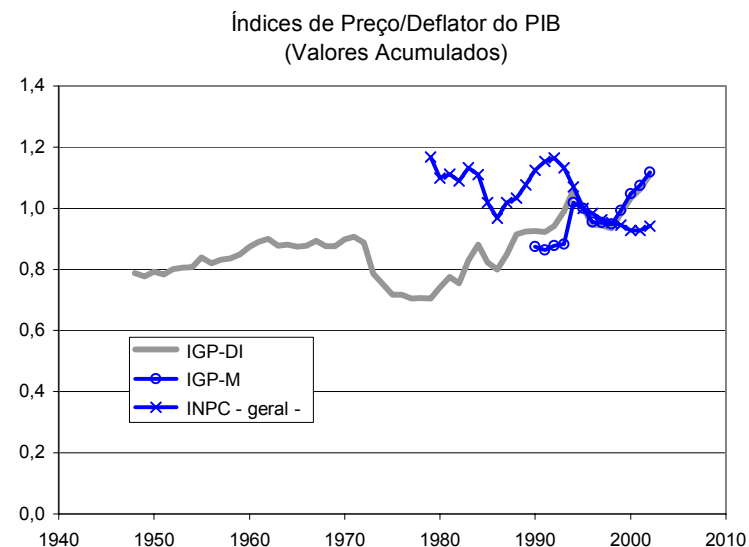


Figura 3: Valores relativos dos índices de Inflação

| | Deflator do PIB Anual | IGP-DI Média Anual | IGP-M Média Anual | INPC – geral - Média Anual |
|------|--------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------|
| 1957 | 5,35E-13 | 4,45E-13 | | |
| 1958 | 6,02E-13 | 5,03E-13 | | |
| 1959 | 8,17E-13 | 6,94E-13 | | |
| 1960 | 1,03E-12 | 8,96E-13 | | |
| 1961 | 1,38E-12 | 1,23E-12 | | |
| 1962 | 2,07E-12 | 1,87E-12 | | |
| 1963 | 3,7E-12 | 3,25E-12 | | |
| 1964 | 7,02E-12 | 6,19E-12 | | |
| 1965 | 1,11E-11 | 9,72E-12 | | |
| 1966 | 1,53E-11 | 1,35E-11 | | |
| 1967 | 1,94E-11 | 1,73E-11 | | |
| 1968 | 2,45E-11 | 2,15E-11 | | |
| 1969 | 2,95E-11 | 2,58E-11 | | |
| 1970 | 3,43E-11 | 3,08E-11 | | |
| 1971 | 4,1E-11 | 3,71E-11 | | |
| 1972 | 4,91E-11 | 4,35E-11 | | |
| 1973 | 6,36E-11 | 5E-11 | | |
| 1974 | 8,57E-11 | 6,44E-11 | | |
| 1975 | 1,15E-10 | 8,23E-11 | | |
| 1976 | 1,62E-10 | 1,16E-10 | | |
| 1977 | 2,36E-10 | 1,66E-10 | | |
| 1978 | 3,26E-10 | 2,3E-10 | | |
| 1979 | 5,03E-10 | 3,54E-10 | | 5,87E-10 |
| 1980 | 9,57E-10 | 7,09E-10 | | 1,05E-09 |
| 1981 | 1,92E-09 | 1,49E-09 | | 2,13E-09 |
| 1982 | 3,86E-09 | 2,91E-09 | | 4,2E-09 |
| 1983 | 8,93E-09 | 7,4E-09 | | 1,01E-08 |
| 1984 | 2,7E-08 | 2,37E-08 | | 2,99E-08 |
| 1985 | 9,39E-08 | 7,73E-08 | | 9,57E-08 |
| 1986 | 2,34E-07 | 1,87E-07 | | 2,26E-07 |
| 1987 | 7,17E-07 | 6,08E-07 | | 7,3E-07 |
| 1988 | 5,22E-06 | 4,77E-06 | | 5,39E-06 |
| 1989 | 7,33E-05 | 6,78E-05 | 8,74E-05 | 7,88E-05 |
| 1990 | 0,002079 | 0,001924 | 0,001818 | 0,002336 |
| 1991 | 0,010741 | 0,009906 | 0,009276 | 0,01238 |
| 1992 | 0,114818 | 0,108105 | 0,100802 | 0,133795 |
| 1993 | 2,406755 | 2,382125 | 2,12341 | 2,72449 |
| 1994 | 56,32216 | 59,71663 | 57,39902 | 60,25522 |
| 1995 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1996 | 117,41 | 111,095 | 112,1287 | 115,5173 |
| 1997 | 127,0963 | 119,8849 | 121,1219 | 122,4388 |
| 1998 | 133,2605 | 124,5451 | 126,4002 | 127,0724 |
| 1999 | 140,8563 | 138,6427 | 139,9602 | 133,2321 |
| 2000 | 152,6319 | 157,7363 | 159,9087 | 141,5201 |

No Brasil, somos especialistas em falsos diagnósticos econômicos. Os médicos sabem (e os pacientes que sofreram disso, mais ainda) que para o doente, pior que não ser tratado, é se sujeitar a um receituário proveniente de um diagnóstico equivocado.

Também, foi exaustivamente repetido, ao longo do processo de liberalização comercial da economia brasileira, que para podermos exportar mais, teríamos que tornar nosso produto mais barato, ou seja, teríamos que torná-lo mais competitivo. Igualmente, acreditamos que o câmbio deve ser um importante determinante das nossas exportações. Mas será que, no caso do Brasil, essa assertiva encontra algum respaldo nos dados?

A seguir, procuramos analisar o comportamento das exportações brasileiras em termos de preço, quantidade (*quantum*) e valor (*preço vezes quantidade*), sobretudo nos últimos trinta anos. A fonte principal dos dados é a base "on line" do Fundo Monetário Internacional (FMI). Adicionalmente, alguns dados foram atualizados, a partir de séries disponibilizadas pelo IPEADATA.

No que se refere ao valor das exportações, mostramos que ele acompanha o crescimento do PIB real, segundo diversos deflatores. Esses resultados são completamente diferentes da razão obtida usando valores do PIB e das exportações ao câmbio corrente. Boa parte das variações que conduzem ao falso diagnóstico sobre o comportamento de nossas exportações se deve a variações no PIB a câmbio corrente que não correspondem a alterações reais do produto.

Adicionalmente, observamos que o quantum de exportações cresceu regularmente acima do PIB nos últimos trinta anos, enquanto o preço decaía. O resultado é que o valor, como proporção do PIB, permaneceu praticamente constante. Isso lança dúvidas sobre o diagnóstico, amplamente aceito, que é o preço de nossos produtos (atribuído ao "custo Brasil") que vem dificultando o aumento de nossas exportações.

A realidade dos últimos trinta anos

No que concerne ao valor, vimos, no número anterior da *e&e*, que há trinta anos o valor de nossas exportações, em moeda internacional, vem simplesmente acompanhando o valor real do

PIB. Para nosso espanto, ela não parece nem mesmo guardar uma correlação significativa com a taxa de câmbio efetiva real.

Na Figura 1, podemos observar que durante todo o período do Real supervalorizado do final do governo Itamar e do primeiro mandato de FHC o valor de nossas exportações simplesmente acompanhou o crescimento real do PIB. Por outro lado, os valores excepcionais das exportações, em 2003, podem apenas refletir (tomara que não) uma oscilação já verificada anteriormente, quando se inicia uma recessão na economia brasileira. Surpreendido pela crise o setor produtivo exporta o excedente, mesmo que apenas para manter o PIB por habitante. Quando o país volta a crescer, os excedentes desaparecem e as exportações voltam ao nível anterior.

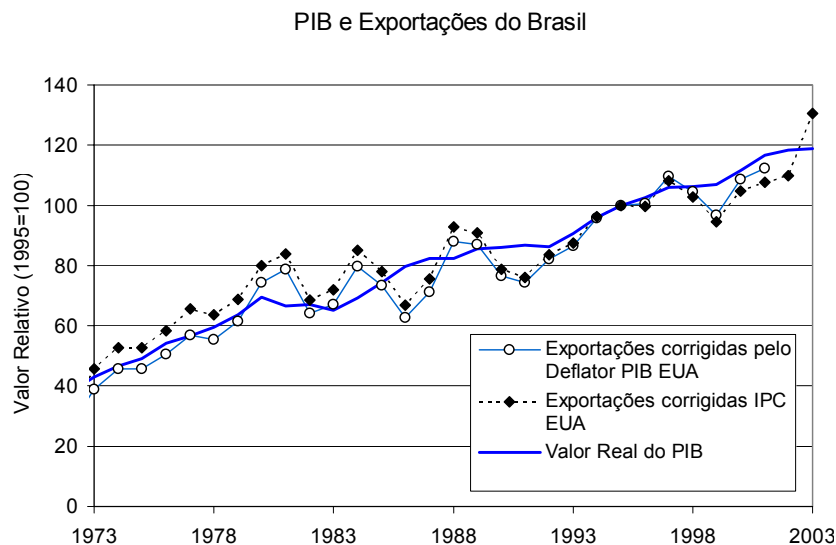


Figura 1: Exportações e PIB reais em relação ao ano de 1995.

Valores Relativos ao PIB ou a Fita Métrica de Borracha

Na Figura 2, apresentamos a evolução do PIB real, calculado a partir de três métodos: (i) expresso em dólares correntes e

Índices de Preços no Brasil

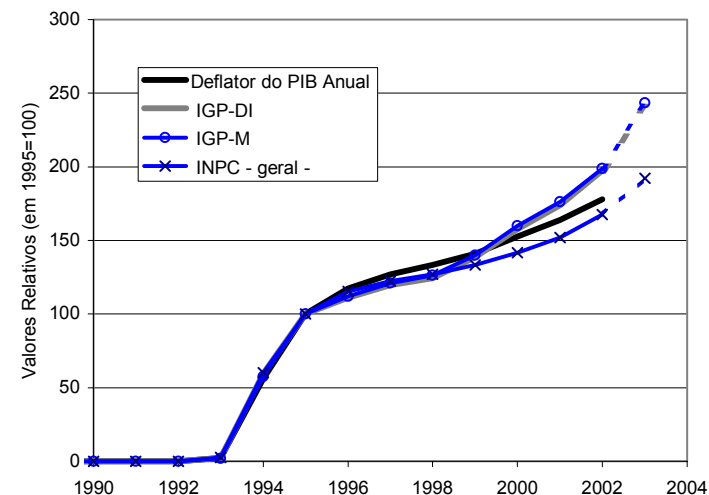


Figura 2: Índices de Inflação entre 1990 e 2003 em escala linear

Em uma escala linear, as diferenças começam a ficar mais visíveis, mas é impossível representar todo o período na mesma escala sem que os primeiros anos apareçam com valor zero. Mas a partir de 1994, isso é factível para um número maior de anos, tendo em vista a inflação relativamente baixa observada (Figura 2).

Tabela 1: Valores Anuais de Índices de Preço Relativos a 1995 (em Real)

| | Deflator do PIB Anual | IGP-DI Média Anual | IGP-M Média Anual | INPC – geral - Média Anual |
|------|-----------------------|--------------------|-------------------|----------------------------|
| 1947 | | 1,16E-13 | | |
| 1948 | 1,57E-13 | 1,24E-13 | | |
| 1949 | 1,7E-13 | 1,32E-13 | | |
| 1950 | 1,86E-13 | 1,47E-13 | | |
| 1951 | 2,19E-13 | 1,72E-13 | | |
| 1952 | 2,4E-13 | 1,92E-13 | | |
| 1953 | 2,73E-13 | 2,2E-13 | | |
| 1954 | 3,47E-13 | 2,8E-13 | | |
| 1955 | 3,87E-13 | 3,25E-13 | | |
| 1956 | 4,75E-13 | 3,9E-13 | | |

real de setores multiplicados pelo índice de preços apurados para esse setor. PIB Real é o valor dos bens e serviços medidos a preços constantes. É uma medida mais perfeita do bem-estar econômico, pois leva em conta a produção total de bens e serviços sem a influência da variação nos preços.

7. Valores de Alguns Índices

Para representar uma gama de variação que atinge a 15 ordens de grandeza é necessário recorrer a uma escala logarítmica como a mostrada na Figura 1. A concordância, principalmente entre os dois índices mais longos, o deflator implícito do PIB e o índice Geral de Preços, parece bastante boa para uma apuração, considerando ainda, que as instituições responsáveis por esses índices são independentes aplicam diferentes metodologias.

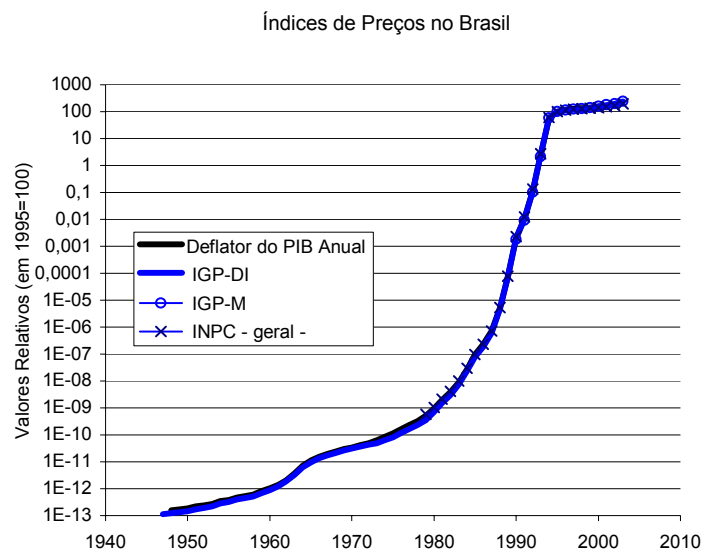


Figura 1: Índices de Preços no Brasil em escala logarítmica

Na Figura 1 a inclinação da curva indica a taxa de inflação no período. Desde 1947 não houve nenhum período de duração significativa com tão baixa inflação.

deflacionado pelo IPC dos EUA; (ii) expresso em termos da paridade do poder de compra (PPC) e, também, deflacionado pelo IPC dos EUA; e (iii) valor real do PIB segundo o IBGE. Os valores são relativos a 1969 quando consideramos que existia um câmbio próximo ao de equilíbrio.

Notemos, que o valor real do PIB em termos da PPC e em termos da moeda doméstica estão bastante próximos até 1989. Entretanto, sofrem um deslocamento a partir de 1992 guardando, desde então, comportamento semelhante. Ainda na Figura 2, podemos observar que o valor real do PIB em termos do câmbio corrente (corrigidos da inflação americana) sofre enormes variações. É claro, que se expressarmos nossas exportações em função do valor real do PIB de acordo com (iii), então nossa "régua de medidas" passará a sofrer uma variação que pode induzir a incorreções na avaliação.

A razão exportação/PIB em moeda local é um parâmetro importante para avaliar, por exemplo, a remuneração dos exportadores. Entretanto, do ponto de vista externo como, por exemplo, para pagar a dívida externa, essa razão carece de significado.

Para exemplificar tomemos os anos de 1998 e 1999 os seguintes valores expressos em dólares de 1988: Em 1998 nossas exportações foram de 58 e nosso PIB de 788 bilhões de dólares. Em 1999, o crescimento real do PIB, medido pelo IBGE, foi de 3,2%. Nosso PIB subiu para 813 e nossas exportações caíram para 49 bilhões de dólares. Nossas exportações que eram 7,4% **caíram para 6,0 % do PIB.**

No entanto, se passarmos pela taxa de câmbio nosso PIB teria encolhido para 552 bilhões de dólares e nossas exportações **teriam aumentado para 8,9% do PIB.** Ou seja, ao passarmos pela taxa de câmbio estamos tratando um PIB que cresceu, em termos reais, 3,2% como se ele houvesse decrescido 30%. Se usarmos essa "fita métrica de borracha" para avaliar o desempenho de nossas exportações, estaremos sujeitos a enormes dificuldades de interpretação.

PIB do Brasil: Valor real, Valor em Paridade de Poder de Compra corrigido IPC EUA, Valor ao câmbio corrente corrigido IPC EUA

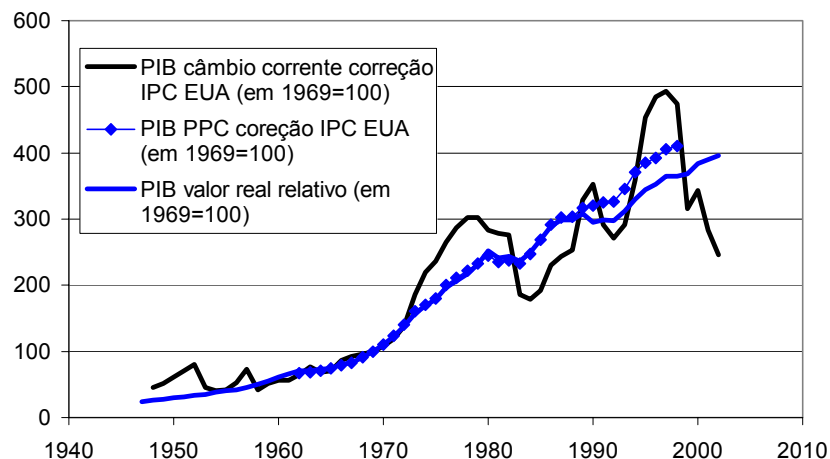


Figura 2: PIB real, câmbio corrente e em paridade de poder de compra

Valor (externo) das Exportações comparado ao PIB Real

Propositamente, estivemos comparando exportações e PIB por meio de vários índices. Para achar valores “reais” para essas variáveis, onde a inflação esteja descontada, temos que aplicar um deflator, escolhido conforme o objetivo do estudo. O que apresentamos pode ser entendido como um indicador do poder de compra dos dólares obtidos pelas exportações brasileiras para aquisição de bens em nível do consumidor (IPC) nos EUA ou de quantidades do Produto Interno Bruto dos EUA.

Na Figura 3, apresentamos a razão entre exportações e PIB real calculada a partir de cinco formas: (i) exportações em dólares correntes e PIB em dólares da paridade de poder de compra; (ii) índice das exportações deflacionado pelo IPC dos EUA e índice real do PIB. (iii) índice das exportações corrigido pelo deflator implícito do PIB americano e índice do PIB real. Neste caso, ambos os índices foram normalizados para 1995. (iv) Índice das exportações e índice do PIB real em termos da PPC. Nesta,

obtidas comparando-se os preços médios das quatro últimas semanas com os das quatro primeiras. A FIPE calcula a cada semana as variações quadrissemanais do IPC para a faixa de renda familiar entre 1 e 20 salários mínimos.

Com o universo de pessoas que ganham de 2 a 6 salários mínimos, a composição dos grupos de despesas para o cálculo do índice é o seguinte: Alimentação (30,81%), Despesas Pessoais (12,52%), Habitação (26,52%), Transportes (12,97%), Vestuário (8,65%), Saúde e Cuidados Pessoais (4,58%) e Educação (3,95%).

5. Índice de Preços do DIEESE

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) calcula alguns dos principais indicadores conjunturais da economia do estado de São Paulo. Dentre esses indicadores podemos citar a Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada em conjunto com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o Índice de Custo de Vida (ICV), que é apurado pelo DIEESE desde 1959.

O ICV é calculado com o objetivo de atender à necessidade de diversos sindicatos de auferir o custo de vida no município de São Paulo. O período de coleta vai do primeiro ao último dia do mês civil e a divulgação ocorre próximo ao dia 10 do mês posterior.

Com o universo de pessoas que ganham de 1 a 30 salários mínimos, a composição dos grupos de despesas para o cálculo do índice é a seguinte segundo a POF de 1994/95: 1.Alimentação (27,44%), 2.Habitação (23,52%), 3.Equipamentos Domésticos (6,13%),4.Transportes (13,62%), 5. Vestuário (7,87%), 6. Educação e Leitura (6,91%), 7.Saúde (8,18%), 8.Recreação (2,08%), 9.Despesas Pessoais (3,96%) e 10.Despesas Diversas (0,29%). O período de coleta vai do primeiro ao último dia do mês civil e a divulgação ocorre próximo ao dia 10 do mês posterior.

6. PIB Nominal versus PIB Real

PIB Nominal é o valor dos bens e serviços medidos a preços correntes. Seu valor é apurado a partir da variação da produção

Janeiro/1979 - Rio de Janeiro;
 Junho/1979 - Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife;
 Janeiro/1980 - São Paulo, Brasília e Belém;
 Outubro/1980 - Fortaleza, Salvador e Curitiba;
 Janeiro/1991 - Goiânia;

A série Brasil encontra-se disponível a partir de setembro de 1981.

3.2 Deflator Implícito do PIB

Um índice de preços, calculado a partir de dados da Renda Nacional e do Produto Nacional, é comumente denominado Deflator Implícito de Preços. Especificamente, o Deflator Implícito do PIB é a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real, ou seja, é o preço de uma unidade do produto brasileiro em um determinado ano relativamente ao preço desta no ano-base.

4. Índice de Preços ao Consumidor da FIPE

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) - uma instituição de pesquisa ligada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) - e foi criado pela Prefeitura do Município de São Paulo com o objetivo de reajustar os salários dos servidores municipais. Esse índice indica a evolução do custo de vida das famílias paulistas desde 1939. Mas, somente, a partir de 1973, passou a ser elaborado pela FIPE.

O período de coleta vai desde o primeiro dia de cada mês até o último dia do mesmo e a divulgação ocorre próximo ao dia 10 do mês subsequente ao da coleta. Semanalmente ocorrem divulgações prévias, chamadas "quadrisessemanais" que simplesmente comparam os preços das últimas quatro semanas apuradas, em relação às quatro semanas imediatamente anteriores.

O sistema de cálculo da variação quadrisessemanal do IPC-FIPE abrange um período de 08 semanas de coleta. As variações são

espera-se que o comportamento da razão descreva o comportamento do valor real da razão exportações/PIB. (v) índice das exportações corrigido pelo IPC dos EUA e o índice do PIB deflacionado pelo INPC do IBGE.

Como podemos ver na figura abaixo, os resultados os encontrados são bastante semelhantes para os cinco tipos de razão calculada.

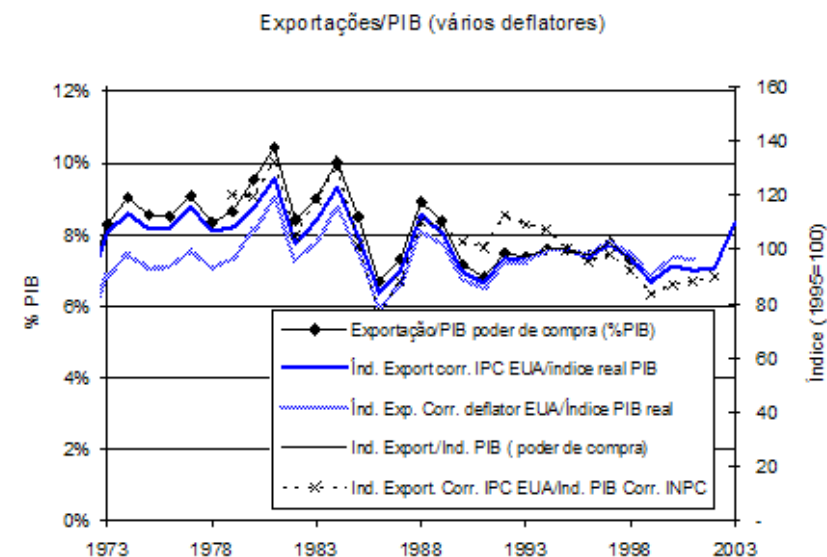


Figura 3: Razão exportações PIB de acordo com vários deflatores. A partir de 1973 os valores pouco variaram ou são ligeiramente decrescentes.

Nota: As crises de 79/80 e 84 provocaram picos de curtíssima duração, a "moratória técnica" de 86 uma depressão também curta. Será o pico atual transitório?

Podemos observar na Figura 3 que, a partir de 1973, as exportações passaram por um platô (levemente decrescente) que durou até 2003. Os valores, nesse platô, foram ligeiramente superiores a 7% do PIB. Valores mínimos (antecedidos de picos positivos) foram registrados em torno de 1982 (crise do México e ida ao FMI) e 1987 (moratória técnica). Devemos assinalar que houve uma mudança expressiva em 1973, quando o valor de

nossas exportações passaram de 6% do PIB para valores, ligeiramente, superiores a 8%.

Esse comportamento permite inferir que a questão de fixação do câmbio e mesmo a recente crise nos EUA tiveram pouca ou nenhuma influência no valor exportado. Havíamos assinalado este fato no Nº 38 da revista **e&e**.

Voltamos a destacar que, nesta análise, estivemos tratando de valores externos das exportações, já que fizemos comparações entre o valor das exportações relativas ao PIB, expresso pela taxa de câmbio média do ano. Para o exportador, no entanto, faz uma enorme diferença a variação do câmbio, uma vez que, normalmente, boa parte de seus custos estão em moeda nacional.

No entanto, nosso histórico mostra que desvalorizar o câmbio é uma medida eficiente para reduzir o valor das importações e muito pouco eficiente para aumentar o valor das exportações.

O quantum exportado

O valor das exportações em relação ao PIB pode ser analisado em termos da quantidade (*quantum*), preço e do seu próprio valor (preço vezes *quantum*). A Figura 4 mostra o que ocorreu nos últimos trinta anos, segundo os dados disponíveis no FMI.

e) Metodologia

Os índices são calculados para cada região. A partir dos preços coletados mensalmente, obtém-se, na primeira etapa de síntese, as estimativas dos movimentos de preços referentes a cada produto pesquisado.

Tais estimativas são obtidas através do cálculo da média aritmética simples de preços dos locais da amostra do produto que, comparadas em dois meses consecutivos, resultam no relativo das médias.

Agregando-se os relativos dos produtos através da média geométrica é calculada a variação de preços de cada subitem, que se constitui na menor agregação do índice que possui ponderação explícita.

A partir daí é aplicada a fórmula Laspeyres, obtendo-se todos os demais níveis de agregação da estrutura item, subgrupo, grupo e, por fim, o índice geral da região.

Os índices nacionais - INPC e IPCA são calculados a partir dos resultados dos índices regionais, utilizando-se a média aritmética ponderada.

A variável de ponderação do INPC é a "população residente urbana" (Contagem Populacional 1996) e a do IPCA "rendimento total urbano" (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/96).

f) Época de Coleta

O período de coleta do INPC e do IPCA estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.

g) Tempo Previsto entre Coleta e Divulgação

Aproximadamente 8 (oito) dias Úteis.

h) Início da Pesquisa

a). Pesquisas Básicas

Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF

Realizada no período compreendido entre 01 de outubro de 1995 a 30 de setembro de 1996. Forneceu as estruturas de ponderação das populações-objetivo.

Pesquisa de Locais de Compra - PLC

Realizada no período de maio a junho de 1988. Forneceu o cadastro de informantes da pesquisa, cuja manutenção é contínua.

Pesquisa de Especificação de Produtos e Serviços - PEPS

Realizada na época de implantação de cada uma das regiões para todos os produtos e serviços constantes da estrutura de ponderações. Forneceu o cadastro de produtos e serviços pesquisado, que é permanentemente atualizado com o objetivo de acompanhar a dinâmica de mercado.

b) Principais Variáveis Investigadas e Unidades de Investigação

Os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor, para pagamento à vista.

A Pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios e concessionárias de serviços públicos.

c) Abrangência Geográfica

Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia.

d) Periodicidade

Mensal.

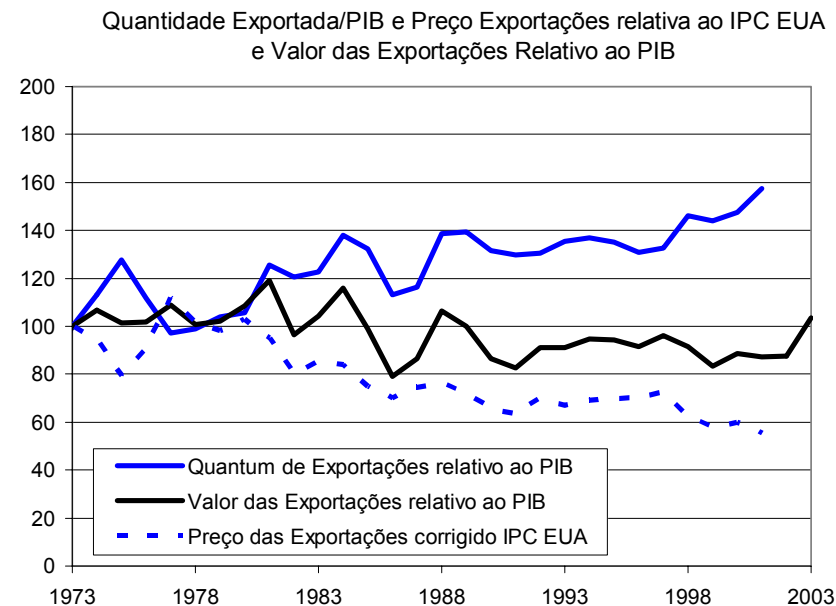


Figura 4: Preço, *quantum* e valor das exportações relativos ao PIB. O valor das exportações foi corrigido pelo IPC EUA e os do PIB real foram expressos em US\$ de 1969

Na figura acima, pode-se ver que enquanto o *quantum* exportado relativo ao PIB cresceu em 60%, os preços caíram quase à metade do verificado em 1973. O resultado da combinação destes dois efeitos foi um valor das exportações relativo ao PIB em declínio até o ano de 2002. Aparentemente, em 2003, o valor das exportações com relação ao PIB, ensaia uma volta ao nível do ano de 1973.

Sendo assim, parece que o problema brasileiro não é o de reduzir custos. As reduções verificadas ao longo dos últimos trinta anos não resultaram em qualquer aumento de valor exportado relativo ao PIB. O aumento das exportações foi praticamente cancelado pela queda dos preços reais dos produtos exportados. Se tentássemos correlacionar a quantidade exportada relativa ao PIB com os preços obtidos por nossos produtos, chegaríamos à conclusão que estivemos presos, nestes 30 anos, em uma

armadilha: quanto mais exportávamos, menor era o preço que recebíamos por nossas mercadorias.

Conforme é mostrado na Figura 5, para cada aumento de 10% no volume exportado (relativo ao PIB) tivemos uma redução de 16% no preço em dólares constantes (corrigidos pelo IPC EUA) de nossos produtos.

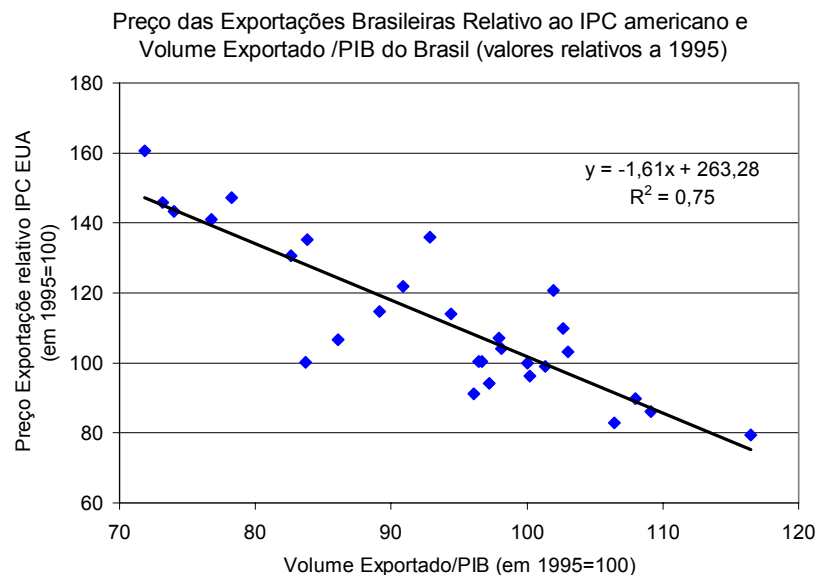


Figura 5: índice de preço das exportações brasileiras (corrigidos pelo IPC americano) e índice do volume exportado em função do PIB real (valores de índice relativos a 1995)

Da figura acima, podemos inferir que o comportamento qualitativo observado é coerente com o que se espera para países com capacidade para formar preços. A uma maior oferta corresponde um menor preço do produto. Com efeito, para alguns importantes produtos de nossa pauta de exportação (café, ferro e aço, soja, açúcar e suco de laranja) o Brasil tem uma participação suficientemente importante para estar desempenhando esse papel. Uma melhor compreensão do ocorrido exige uma análise do comportamento dos preços dos principais produtos ou grupo

cerca de 7 (sete) dias com datas definidas através do Calendário Anual de Coleta do SNIPC.

Em um subperíodo efetua-se a coleta de uma quarta parte fixa de estabelecimentos. Desta forma, é possível extrair do sistema índices com períodos base e de referência de 30 (trinta) dias ao final de cada conjunto de quatro sub-períodos.

Os índices podem ser obtidos para diversas populações-objetivo desde que estejam disponíveis as respectivas estruturas de ponderações correspondentes a famílias de diferentes faixas de rendimento mensal.

Do ponto de vista temporal, além dos índices mensais, podem ser calculadas as variações de preços ocorridas em 2 (dois) meses ou mais, a partir das séries históricas produzidas.

Ressaltando que o sistema, na forma como é montado, possibilita várias alternativas de cálculo de índices, passamos a descrever, abaixo, os Índices Nacionais de Preços ao Consumidor.

3.1 Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

O INPC e o IPCA são calculados de forma contínua e sistemática para as áreas abrangidas pelo sistema. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA é utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação, adotado a partir de julho de 1999, para o balizamento da política monetária.

A população-objetivo do INPC se referente as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 8 (oito) salários-mínimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões; e a do IPCA é referente a famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões.

Para cada região são utilizadas as informações das seguintes pesquisas básicas:

A FGV calcula índices de taxas de câmbio efetivas, que refletem o poder de compra da moeda nacional em relação a diferentes cestas de moedas estrangeiras.

No cálculo da taxa efetiva real é utilizada a metodologia de agregação pela média geométrica das taxas de câmbio bilaterais do país e seus principais parceiros comerciais, corrigidas pelo diferencial entre a inflação interna e externa.

Para o Brasil é utilizado como deflator o Índice de Preços por Atacado - Produtos Industriais (IPA-PI), calculado pela FGV. Para os demais países, são usados os índices de preços ao produtor, por atacado ou o que melhor se aproxime de um índice de preços de produtos transacionados com o exterior.

O peso atribuído a cada país depende da sua corrente de comércio com o Brasil. Este peso é revisto periodicamente. A FGV considera, neste cálculo, 16 taxas bilaterais de câmbio, entre o Brasil e os seguintes países: Alemanha, Argentina, Bélgica, Coréia do Sul, EUA, França, Filipinas, Holanda, Indonésia, Inglaterra, Itália, Japão, Malásia, Paraguai, Tailândia, Uruguai.

3. Índices de Preço do IBGE

O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, consiste em uma combinação de processos destinados a produzir índices de preços ao consumidor. O objetivo é acompanhar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias.

O sistema abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia. É a partir da agregação dos índices regionais referentes a uma mesma faixa de renda que se obtém o índice nacional.

Os índices mensais resultam, regra geral, da comparação dos preços vigentes nos 30 (trinta) dias do período de referência com os 30 (trinta) do período base. A coleta integral de preços se dá a cada período de 30 (trinta) dias que é segmentado, sem interrupção, em 4 (quatro) subperíodos. Cada um deles contém

de produtos de exportação e da participação do Brasil no comércio mundial desses produtos.

Por outro lado, ao limitarmos nossa análise aos dados a partir de 1973, estamos escolhendo um período em que sabemos que houve esse comportamento e não devemos esperar que ele reflita uma relação causal e extrapolável para o futuro.

De qualquer forma, tem havido muito pouca discussão no Brasil sobre um problema mais geral, que é o das relações de troca na análise de nosso comércio exterior. A concentração dos esforços na redução do chamado "custo Brasil" pode estar mascarando problemas mais fundamentais relacionados a nosso esforço para obter recursos com as exportações. Afinal, não adianta reduzir o preço de nossos produtos, se isto significar ter que mandar uma maior parte de nosso produto.. De que vale, por exemplo, renunciar a tributos internos e obter como resultado uma taxa adicional no destino?

Sumário:

O que afeta as exportações brasileiras?.

Falsos Diagnósticos.

A realidade dos últimos trinta anos.

Valores Relativos ao PIB ou a Fita Métrica de Borracha.

Valor (externo) das Exportações comparado ao PIB real

O quantum exportado.

Índice das Figuras:

Figura 1: Exportações e PIB reais em relação ao ano de 1995..

Figura 2: PIB real com vários deflatores.

Figura 3: Razão exportações PIB de acordo com vários deflatores.

Figura 4: preço, quantum e valor das exportações.

Figura 5: índice de preço das exportações brasileiras (corrigidos pelo IPC americano) e índice do volume exportado em função do PIB real (valores de índice relativos a 1995)

- [1.] Os índices de taxa de câmbio efetiva refletem o poder de compra da moeda nacional em relação a diferentes cestas de moedas estrangeiras. A taxa de câmbio efetiva real é um tipo de média das taxas de câmbio bilaterais do país e dos seus principais parceiros comerciais, corrigida pelo diferencial entre a inflação interna e externa.
- [2.] O valor real do PIB corresponde ao nominal corrigido pelo deflator implícito do PIB
- [3.] O câmbio de equilíbrio considerado é o que equilibra a balança de bens e serviços.
- [4.] Então, até poder-se-ia dizer que são excessivamente coincidentes, para serem índices independentes.
- [5.] Essa peculiaridade é pouco lembrada, entretanto, em inúmeras discussões internas como, por exemplo, o valor do salário mínimo que é comparado com o de 100 dólares.
- [6.] No caso das exportações corrigidas pelo IPC americano estaremos comparando preços ao consumidor nos EUA com o PIB em valor real. Os valores em termos da paridade do poder de compra se referem a uma cesta de produtos equivalentes a preços do consumidor no país em questão (Brasil) em relação ao preço ao consumidor dos mesmos produtos nos EUA.
- [7.] A alegação de que ninguém exporta tributos pode ser válida para manufaturados. No entanto, ela não encontra justificativas para produtos da indústria extrativa ou básica.

Esses itens são classificados em grupos: Alimentação, Habitação, Vestuário, Transportes, Saúde, Educação e Despesas Diversas. Cada grupo admite subdivisões, até se chegar ao nível do item individual. O peso atribuído a cada grupo ou subdivisão depende do gasto dessas famílias com cada bem ou serviço. Estas informações são obtidas através de Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), elaboradas periodicamente pela FGV.

O Índice de Preços ao Consumidor do Rio de Janeiro (IPC-RJ) é o mais antigo índice de preços ao consumidor calculado pela FGV, com estimativas a partir de 1944. Até 1990, era um dos componentes do Índice Geral de Preços (IGP-DI), quando foi substituído pelo Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR).

O Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR) foi criado em 1990, com a extensão para a cidade de São Paulo da coleta de preços, até então restrita ao Rio de Janeiro. Atualmente este índice é denominado Índice de Preços ao Consumidor - Brasil, Disponibilidade Interna (IPC-BR-DI).

São divulgados também, separadamente, o Índice de Preços ao Consumidor - Rio de Janeiro, Disponibilidade Interna (IPC-RJ-DI) e o Índice de Preços ao Consumidor - São Paulo, Disponibilidade Interna (IPC-SP-DI), componentes do IPC-BR-DI. Conforme descrito na seção do catálogo referente ao IGP, a FGV também calcula uma versão dos IPCs para o mercado financeiro (IPC-M).

A partir dos itens coletados para o IPC-BR, são elaborados outros índices, utilizando novas agregações. O índice de bens comercializáveis e não-comercializáveis agrupa os itens coletados pelo IPC-BR transacionados com o exterior e os transacionados exclusivamente no mercado interno, basicamente serviços.

O núcleo da inflação ou "core inflation" é outra maneira de agregar os itens do IPC-BR, procurando neutralizar, através de métodos estatísticos, fatores transitórios que levaram a altas expressivas ou quedas exageradas de determinados produtos ou serviços.

2.5 Índices de Taxas de Câmbio Efetivas

- Índice Nacional de Custo da Construção (INCC)

É um dos três itens que compõem o Índice Geral de Preços (IGP), representando 10% do índice. Sua divulgação teve início em fevereiro de 1985, como resultado do encadeamento da série do Índice de Custo da Construção - Rio de Janeiro (ICC-RJ), mais antiga, com a série do Índice de Edificações, mais abrangente geograficamente. Como nos demais componentes do IGP, também é apresentada a versão do INCC para o mercado (INCC-M).

- Índice de Custo da Construção - Rio de Janeiro (ICC-RJ)

É o mais antigo índice, referente à construção residencial, calculado pela FGV. Divulgado desde 1950, com estimativas retroativas a 1944, foi uma das três parcelas do IGP até janeiro de 1985. Continua a ser divulgado separadamente, mas é também uma das parcelas do INCC.

- Índice de Edificações

Teve início em 1974, com 8 capitais, dando maior abrangência territorial à evolução dos custos da construção. O Índice de Edificações, embora coincida com o INCC, continua a ser divulgado para atender aos usuários que, por razões contratuais, utilizam este índice. Também é conhecido como índice da coluna 35 da Revista Conjuntura Econômica.

Os custos da construção abrangem também as obras públicas de engenharia ou infra-estrutura. Os principais índices, calculados pela FGV, são: Obras Rodoviárias e Obras Hidrelétricas. Estes índices, são calculados pela FGV mediante convênios com órgãos públicos.

2.4 Índices de Preços do Consumidor

Os Índices de Preços ao Consumidor, calculados pela FGV, detectam a variação dos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias com renda mensal até 33 salários mínimos.

Alguns Índices da Inflação Brasileira

Responsáveis:

Marcos Souza
masouza@ecen.com
Frida Eidelman
frida@ecen.com

Sumário:

1. INTRODUÇÃO

2. ÍNDICES DE PREÇOS DA FGV

2.1 Índice Geral de Preços – IGP

2.2 Índice de Preço por Atacado - IPA

2.3 Índices de Custos da Construção

2.4 Índices de Preços do Consumidor

2.5 Índices de Taxas de Câmbio Efetivas

3. ÍNDICES DE PREÇO DO IBGE

3.1 Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

3.2 Deflator Implícito do PIB

4. ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DA FIPE

5. ÍNDICE DE PREÇOS DO DIEESE

6. PIB NOMINAL VERSUS PIB REAL

7. VALORES DE ALGUNS ÍNDICES 1

REFERÊNCIAS

1. Introdução

O objetivo desta nota é apresentar os principais índices de preços do país, descrevendo suas principais características como, por

exemplo, metodologia, cálculo, abrangência geográfica e valores. No Brasil, historicamente, as principais instituições que calculam índices de preços para economia brasileira são Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), respectivamente. Sendo assim, a organização desta nota será baseada nos índices de preços dessas quatro instituições.

2. Índices de Preços da FGV

2.1 Índice Geral de Preços – IGP

A FGV iniciou o cálculo de índices de preços em 1947, com a criação da metodologia do Índice Geral de Preços (IGP) que, salvo pequenas correções e atualizações, permanece inalterada. Inicialmente, as estimativas referiam-se a índices de preços de títulos públicos e ações, preços no atacado, preços de gêneros alimentícios e custo de vida. Estas séries foram calculadas retroativamente até 1944, ano de criação da FGV, e tinham a finalidade de deflacionar o índice mensal da evolução dos negócios. Com a introdução da correção monetária no país, em 1964, este índice passou a ser bastante usado na correção de contratos, especialmente obras públicas.

Para chegar-se ao IGP ponderam-se as parcelas Índice de Preços por Atacado (IPA); Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com pesos iguais a 6,3 e 1 respectivamente.

Três derivações do IGP aconteceram ao longo da história. A primeira, em 1969, foi a separação do IGP em duas versões: Disponibilidade Interna (DI) e Oferta Global (OG). O principal objetivo era isolar os efeitos das oscilações dos preços do café. A versão DI se encarregava disto atribuindo um peso menor aos produtos de exportação. Hoje, com a diversificação das exportações, a dispersão entre as duas versões é irrelevante.

A segunda modificação foi a introdução, em 1989, do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), uma versão do IGP para o mercado financeiro. A diferença entre os índices é apenas o

período de coleta. Enquanto o IGP-DI coleta os preços entre 1 e 30 do mês referência, no IGP-M a coleta é entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência. Desta forma, o IGP-M pode ser divulgado antes do final do mês calendário, o que é essencial para sua utilização como referência financeira. Antes do resultado final, duas prévias são divulgadas: o primeiro e o segundo decêndios.

Em 1993, começou a ser divulgado o IGP-10, versão do IGP cuja coleta é realizada entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

2.2 Índice de Preço por Atacado - IPA

O Índice de Preço por Atacado (IPA) é calculado, pela FGV, desde 1944. Mede a evolução dos preços nas transações interempresariais e abrange várias etapas do processo produtivo, anteriores às vendas no varejo.

São pesquisados preços de matérias-primas agrícolas e industriais, produtos intermediários e de uso final. No cálculo do Índice Geral de Preços (IGP-DI), o IPA representa a maior parcela, com peso de 60%.

As séries mais longas do IPA são apresentadas em duas versões: Disponibilidade Interna (IPA-DI) e Oferta Global (IPA-OG). As séries que compõem o IPA-DI são as categorias de uso, tais como bens de consumo ou bens de produção. No IPA-OG, as séries são os setores produtivos.

Além disso, a FGV também calcula o IPA-Mercado (IPA-M) que entra na composição do Índice Geral de Preços para o Mercado (IGP-M).

2.3 Índices de Custos da Construção

Os índices de custos da construção estão subdivididos em residenciais e obras públicas de engenharia civil ou infraestrutura. Os principais índices, específicos para construções residenciais, são: Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), Índice de Custo da Construção do Rio de Janeiro (ICC-RJ) e Índice de Edificações.